



## Coletânea da Jurisprudência

### Acórdão do Tribunal Geral (Sexta Secção) de 1 de março de 2017 — França/Comissão

(Processo T-366/13)

«Auxílios estatais — Cabotagem marítima — Auxílios concedidos pela França a favor da Société Nationale Corse Méditerranée (SNCM) e da Compagnie Méridionale de Navigation — Serviço de interesse económico geral — Compensações por um serviço complementar do serviço de base destinado a cobrir as horas de ponta durante a época turística — Decisão que declara os auxílios incompatíveis com o mercado interno — Conceito de auxílio estatal — Vantagem — Acórdão Altmark»

1. *Auxílios concedidos pelos Estados — Conceito — Medidas que visam compensar o custo das missões de serviço público assumidas por uma empresa — Exclusão — Condições enunciadas no acórdão Altmark*

(Artigo 107.º, n.º 1, TFUE)

(cf. n.ºs 77-83)

2. *Concorrência — Empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse económico geral — Definição dos serviços de interesse económico geral — Poder de apreciação dos Estados-Membros — Limites — Fiscalização da Comissão e fiscalização jurisdicional limitadas ao caso de erro manifesto — Possibilidade de apreciação com base em orientações previamente aprovadas pela Comissão*

(Artigo 106.º, n.º 2, TFUE, 107.º, n.º 1, TFUE; Regulamento n.º 3577/92 do Conselho, artigos 1.º e 4.º; Comunicação 2012/C 8/02 da Comissão, n.º 46)

(cf. n.ºs 92-96, 106)

3. *Auxílios concedidos pelos Estados — Conceito — Medidas que visam compensar o custo das missões de serviço público assumidas por uma empresa — Primeiro requisito enunciado no acórdão Altmark — Setor da cabotagem marítima — Definição dos serviços de interesse económico geral — Necessidade real de serviço público — Alcance — Obrigação das autoridades nacionais de demonstrar a existência de uma carência de iniciativa privada*

(Artigo 107.º, n.º 1, TFUE; Regulamento n.º 3577/92 do Conselho, artigos 1.º e 4.º)

(cf. n.ºs 98-101)

4. *Auxílios concedidos pelos Estados — Conceito — Medidas que visam compensar o custo das missões de serviço público assumidas por uma empresa — Primeiro requisito enunciado no acórdão Altmark — Setor da cabotagem marítima — Definição dos serviços de interesse económico geral — Distinção entre serviço de base e serviço complementar — Inexistência de necessidade real de serviço público relativamente ao serviço complementar*

(Artigo 107.º, n.º 1, TFUE)

(cf. n.ºs 110-117, 119-124, 127-129, 134, 135, 138, 141, 147, 156, 157, 161, 162, 168, 175)

5. *Auxílios concedidos pelos Estados — Conceito — Medidas que visam compensar o custo das missões de serviço público assumidas por uma empresa — Quarto requisito enunciado no acórdão Altmark — Procedimento de concurso público que permite seleccionar o candidato capaz de prestar os serviços em causa ao menor custo para a coletividade — Alcance*

(Artigo 107.º, n.º 1, TFUE)

(cf. n.º 178)

## **Objeto**

Pedido baseado no artigo 263.º TFUE e destinado à anulação da Decisão 2013/435/UE da Comissão, de 2 de maio de 2013, relativa ao auxílio estatal SA.22843 (2012/C) (ex 2012/NN) concedido pela França a favor da Société Nationale Corse Méditerranée e da Compagnie Méridionale de Navigation (JO 2013, L 220, p. 20).

## **Dispositivo**

- 1) É negado provimento ao recurso.
- 2) A República Francesa suportará, além das suas próprias despesas, as despesas efetuadas pela Comissão Europeia, incluindo as referentes ao processo de medidas provisórias.